

AS TRANSFORMAÇÕES E
REVOLUÇÕES NO
PALEOLÍTICO:
FUNDAMENTOS
BIOLÓGICOS, TÉCNICOS,
SOCIAIS E SIMBÓLICOS DA
HUMANIDADE

THE TRANSFORMATIONS AND REVOLUTIONS IN THE PALEOLITHIC:
FOUNDATIONS BIOLOGICAL, TECHNICAL, SOCIAL, AND SYMBOLIC OF
HUMANITY

Ciências Humanas · 21/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776797673](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776797673)

Matusalém Alves Oliveira¹

RESUMO

Este artigo analisa o Paleolítico como um período de transformações estruturais decisivas para a constituição da humanidade. O objetivo central é demonstrar que, longe de representar uma etapa estática ou rudimentar, o Paleolítico concentrou processos biológicos, técnicos, econômicos e simbólicos que redefiniram as relações entre corpo, ambiente, sociabilidade e cultura. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e interdisciplinar, ancorada no diálogo entre História, Arqueologia, Antropologia e Estudos da Religião. A argumentação sustenta que as transformações biológicas, a revolução lítica, o domínio do fogo, a diversificação das práticas de subsistência e a emergência do sentimento religioso devem ser compreendidos como dimensões articuladas de uma mesma mutação histórica de longa duração. O artigo mobiliza autores clássicos e contemporâneos, combinando citações diretas e indiretas, com destaque para V. Gordon Childe, André Leroi-Gourhan, Lewis R. Binford, Ian Hodder, Marshall Sahlins, Richard Wrangham, Mircea Eliade, Colin Renfrew, Steven Mithen, Jean Clottes e Chris Gamble. Conclui-se que não se deve falar em um simples “fim” do Paleolítico, mas em um processo de acumulação de mudanças que produziu uma verdadeira revolução antropológica.

Palavras-chave: Paleolítico; Evolução humana; Tecnologia lítica; Fogo; Religião; Cultura simbólica.

ABSTRACT

This article analyzes the Paleolithic as a period of structural transformations decisive for the constitution of humanity. Its central aim is to demonstrate that, far from representing a static or rudimentary stage, the Paleolithic concentrated biological, technical, economic and symbolic processes that redefined the relations

among body, environment, sociability and culture. Methodologically, this is a qualitative, interdisciplinary bibliographic study anchored in dialogue among History, Archaeology, Anthropology and Religious Studies. The argument sustains that biological transformations, lithic revolution, control of fire, diversification of subsistence practices and the emergence of religious feeling must be understood as articulated dimensions of the same long-term historical mutation. The article mobilizes classical and contemporary authors, combining direct and indirect quotations. It concludes that one should not speak of a simple "end" of the Paleolithic, but rather of an accumulation of changes that produced a genuine anthropological revolution.

Keywords: Paleolithic; Human evolution; Lithic technology; Fire; Religion; Symbolic culture.

1. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, o Paleolítico foi apresentado em manuais escolares, sínteses historicistas e narrativas evolucionistas simplificadas como uma espécie de “pré-história da história”, isto é, como um estágio preparatório e precário, marcado sobretudo por carências técnicas, nomadismo e subordinação quase integral ao meio natural. Essa leitura, embora amplamente difundida, revela-se insatisfatória diante do amadurecimento da pesquisa arqueológica, paleontológica e antropológica ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. A materialidade escavada, os vestígios de uso controlado do fogo, a variação e o refinamento técnico dos instrumentos, a evidência de práticas funerárias e a expansão de formas de representação simbólica tornam impossível continuar tratando o Paleolítico apenas como um longo antecedente informe do Neolítico.

Do ponto de vista historiográfico, o problema central não consiste apenas em reconhecer mudanças no interior do Paleolítico, mas em avaliar a natureza dessas mudanças. Foram elas meramente graduais, cumulativas e adaptativas, ou assumiram o caráter de transformações estruturais capazes de alterar a própria condição humana? A questão é decisiva porque toca no estatuto teórico do período: se o Paleolítico for lido apenas como “origem remota”, sua inteligibilidade permanece subordinada ao que viria depois; se, ao contrário, for compreendido como matriz constitutiva da humanidade, então ele precisa ser abordado como tempo forte da história, no qual se consolidaram as bases do corpo humano, da vida social, da técnica, da memória e do simbolismo.

V. Gordon Childe, ao refletir sobre as grandes inflexões da experiência humana, insistiu em que “as grandes transformações da humanidade ocorrem por meio de rupturas estruturais” (CHILDE, 1951, p. 23). Embora sua formulação tenha sido elaborada em outro contexto, ela permite iluminar o problema paleolítico com rara fecundidade. O argumento deste artigo é justamente que o Paleolítico concentrou um conjunto de mutações de tal ordem que se torna legítimo falar em revoluções, no plural, ou mesmo em uma revolução antropológica de longa duração. Nessa perspectiva, o que está em jogo não é apenas a mudança de utensílios ou de técnicas de aproveitamento dos recursos naturais, mas a reorganização do humano enquanto ser biológico, técnico e simbólico.

A pertinência dessa reinterpretação se reforça quando se considera que a pesquisa contemporânea deslocou o foco de uma arqueologia exclusivamente descritiva para uma arqueologia preocupada em explicar sistemas sociais, paisagens cognitivas, estruturas de comunicação simbólica e processos de coevolução entre corpo,

técnica e ambiente. Lewis R. Binford observou, na abertura de um texto seminal, que a arqueologia vinha oferecendo “few contributions to the general field of anthropology” em matéria de explicação das semelhanças e diferenças culturais (BINFORD, 1962, p. 217). A provocação era clara: não bastava classificar artefatos; era necessário interpretar sistemas. Desde então, a disciplina se expandiu de forma significativa, incorporando debates processuais, pós-processuais, cognitivos e simbólicos. Não obstante, ainda persiste, em parte da literatura de divulgação e em certa escrita didática, a tendência de reduzir o Paleolítico a esquemas lineares e empobrecidos.

O problema de pesquisa deste artigo formula-se da seguinte maneira: em que sentido as transformações biológicas, técnicas, econômicas e simbólicas ocorridas no Paleolítico podem ser compreendidas como revoluções estruturantes da humanidade? Como hipótese, sustenta-se que essas transformações não devem ser tratadas isoladamente, pois integram um processo de reconfiguração do humano no qual anatomia, técnica, fogo, subsistência e religiosidade se condicionam mutuamente. Em outras palavras, não foi apenas o corpo que mudou, nem somente a tecnologia: mudou a forma de habitar o mundo.

A relevância do tema para a História é dupla. Em primeiro lugar, porque impede que a História se limite aos períodos dotados de escrita, deslocando a reflexão histórica para as temporalidades profundas da espécie. Em segundo lugar, porque obriga o historiador a dialogar com outras disciplinas, sobretudo Arqueologia e Antropologia, na medida em que a experiência humana mais remota só se torna inteligível por via interdisciplinar. O Paleolítico, assim, é um laboratório teórico de excepcional densidade, capaz de

recolocar questões sobre cultura, adaptação, imaginário, socialidade e poder.

Este artigo se organiza em seis momentos. Após esta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica, com ênfase no debate entre materialidade e simbolismo e nas diferentes tradições interpretativas da arqueologia e da antropologia. Em seguida, explicita-se a metodologia. A quarta seção examina as transformações biológicas. A quinta analisa a revolução lítica, o fogo e a diversificação das práticas de subsistência. A sexta discute o surgimento do sentimento religioso e a expansão das formas simbólicas. Ao final, a conclusão retoma a tese central: não se deve pensar o Paleolítico como mera etapa superada, mas como o período em que a humanidade se constituiu em suas dimensões mais decisivas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A interpretação do Paleolítico exige um quadro teórico que não dissocie natureza e cultura, corpo e técnica, adaptação e simbolismo. Uma das principais dificuldades da bibliografia mais tradicional foi justamente a fragmentação do objeto. Em algumas abordagens, o Paleolítico aparece dominado por explicações biologizantes; em outras, a cultura material é reduzida à funcionalidade; em outras ainda, o simbólico emerge quase desconectado da materialidade. A perspectiva adotada neste artigo rejeita tais dissociações e parte da convicção de que o humano se constitui em regime de articulação.

No campo da história e da arqueologia das grandes transformações, V. Gordon Childe ocupa posição clássica. Mesmo quando se volta de modo mais conhecido para a chamada Revolução Neolítica, sua obra

é importante para pensar a lógica das rupturas de longa duração. Childe foi decisivo ao compreender que a história humana não pode ser reduzida à lenta sucessão de fatos desconexos, mas precisa ser interpretada por meio de mutações estruturais nos modos de vida e de produção. Tal intuição, quando deslocada para o Paleolítico, permite perceber que várias “pequenas” mudanças — no bipedalismo, na manipulação de instrumentos, no cozimento de alimentos, na coordenação social da caça, no uso ritual de espaços — produziram efeitos civilizatórios cumulativos.

André Leroi-Gourhan oferece um dos aportes mais fecundos para essa leitura integrada. Em *Gesture and Speech*, sua preocupação central não é apenas catalogar técnicas, mas compreender a coevolução entre gesto, ferramenta, linguagem e memória. Sua formulação segundo a qual a técnica constitui uma extensão articulada do corpo e do pensamento marcou profundamente a antropologia da técnica. Embora o texto de Leroi-Gourhan seja mais conceitual do que aforístico, a tese de fundo é inequívoca: o humano se exterioriza tecnicamente e, ao exteriorizar-se, reorganiza a si mesmo. Instrumento não é mero acessório; é mediação ontológica entre corpo e mundo. Essa leitura é crucial para o Paleolítico, porque impede que os instrumentos líticos sejam vistos como simples objetos de sobrevivência. Eles são também suportes de memória operacional, transmissão intergeracional e sedimentação cultural.

Lewis R. Binford, por sua vez, representa o impulso processual que buscou tornar a arqueologia mais explicativa e menos classificatória. Em artigo programático, ele advertiu que a arqueologia vinha oferecendo poucas contribuições antropológicas exatamente porque tratava artefatos como traços equiparáveis, passíveis de explicação em um único modelo de mudança cultural. Para Binford,

“material culture can and does represent the structure of the total cultural system” (BINFORD, 1962, p. 217). A passagem é decisiva. Em vez de reduzir o artefato a resíduo, Binford o toma como índice sistêmico. Isso significa que a cultura material paleolítica deve ser lida em relação aos sistemas de adaptação, aos arranjos sociais e ao ambiente.

Ao lado dessa guinada processual, Ian Hodder introduziu uma crítica igualmente fundamental. Sua arqueologia interpretativa insistiu em que os objetos não podem ser compreendidos fora dos contextos de significado nos quais circulam. Se Binford enfatizou a estrutura sistêmica e a adaptação, Hodder mostrou que toda cultura material é também texto social, lugar de valores, identidades e simbolizações. Em *Theory and Practice in Archaeology*, sua postura é clara: uma arqueologia das significações passadas é não apenas possível, mas necessária. Para o tema aqui tratado, isso significa que o Paleolítico não pode ser lido unicamente em chave ecológica ou funcional. As pinturas rupestres, os enterramentos, a seleção de matérias-primas e até certos modos de fabrico de instrumentos podem carregar dimensões que extrapolam a eficiência imediata.

Marshall Sahlins oferece outro deslocamento teórico essencial ao desestabilizar o preconceito de que sociedades caçadoras-coletoras seriam necessariamente miseráveis. Em *The Original Affluent Society*, ele observa que “by the common understanding, an affluent society is one in which all the people's material wants are easily satisfied” e, a partir daí, reformula a própria ideia de abundância (SAHLINS, 1972, p. 3–4). Mais adiante, acrescenta que há “two possible courses to affluence”, seja produzindo muito, seja desejando pouco (SAHLINS, 1972, p. 4). O interesse dessa tese não é romantizar o Paleolítico, mas mostrar que a economia paleolítica não pode ser

medida pelos padrões de acumulação capitalista ou por um evolucionismo teleológico. Ao tratar a economia como categoria cultural, Sahlins abre espaço para pensar a subsistência paleolítica como sistema racional situado.

No campo da antropologia das religiões, Mircea Eliade continua importante, apesar das críticas que lhe foram feitas por universalismos excessivos. Sua insistência em que o homem arcaico vive em um mundo atravessado pelo sagrado serve aqui como chave interpretativa para os vestígios paleolíticos de ritualidade, espacialidade simbólica e relação com a morte. Eliade não deve ser lido como prova definitiva, mas como operador teórico que permite formular um problema: a emergência de práticas funerárias, figurações animais e marcas ritualizadas sugere não apenas pensamento utilitário, mas modalidades de experiência simbólica que já organizam o mundo entre o profano e o significativo.

Richard Wrangham, em registro distinto, insere-se no debate biológico-cultural ao afirmar que a cozinha e o fogo alteraram a própria trajetória evolutiva da espécie. Em passagem decisiva, escreve: “We are tied to our adapted diet of cooked food, and the results pervade our lives, from our bodies to our minds. We humans are the cooking apes, the creatures of the flame” (WRANGHAM, 2009, p. 4). Ainda que sua tese tenha sido discutida criticamente, ela é extremamente produtiva, porque mostra como um fator técnico — o cozimento — pode desencadear efeitos anatômicos, energéticos, sociais e cognitivos.

Autores como Colin Renfrew, Steven Mithen, Jean Clottes, Chris Gamble, Ian Tattersall e Mary Leakey ampliam esse horizonte. Renfrew contribuiu para consolidar a arqueologia cognitiva; Mithen

explorou o problema da mente pré-histórica e da “fluidez cognitiva”; Clottes aprofundou a interpretação do universo rupestre; Gamble tratou da expansão social e espacial da espécie; Tattersall discutiu a não linearidade da evolução humana; Leakey, ao lado de outros paleoantropólogos, foi decisiva na consolidação empírica de uma pré-história ancorada em evidências. O ponto comum entre esses autores é a recusa de explicar o surgimento do humano por um único vetor causal.

A fundamentação teórica aqui adotada, portanto, é deliberadamente plural. Ela combina a preocupação histórica com mutações estruturais, a antropologia da técnica, a arqueologia sistêmica, a arqueologia interpretativa, a antropologia econômica e a teoria do simbólico. A partir desse quadro, o Paleolítico pode ser pensado não como um depósito de “origens”, mas como um campo de interações em que corpo, ferramenta, fogo, cooperação, linguagem e sagrado se coconstituem.

3. METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, qualitativa e interdisciplinar. Seu objeto não é um sítio arqueológico específico, nem um corpus documental restrito, mas o conjunto de interpretações teóricas e históricas que permitem compreender as transformações paleolíticas em perspectiva ampla. A opção metodológica pela revisão analítica da bibliografia decorre do próprio objetivo da investigação: não se pretende apresentar uma nova escavação ou laudo técnico, mas propor uma síntese interpretativa rigorosa e argumentada sobre processos de longa duração.

O procedimento adotado envolveu quatro movimentos complementares. O primeiro consistiu na seleção de autores clássicos e contemporâneos reconhecidos nos campos da História, Arqueologia, Antropologia e Estudos da Religião. O critério de escolha privilegiou obras que se tornaram referência para pensar técnica, subsistência, simbolismo, fogo, economia de caçadores-coletores e arqueologia da mente. O segundo movimento foi a leitura comparativa dessas obras, buscando identificar convergências, tensões e lacunas. O terceiro correspondeu à organização do material em eixos temáticos: transformações biológicas; revolução lítica; fogo e energia; economia e diversificação das atividades; emergência do simbolismo e da religião. O quarto movimento foi a construção de uma interpretação integradora, orientada pela hipótese de que essas dimensões formam um sistema interdependente.

Do ponto de vista epistemológico, o texto parte da premissa de que a investigação sobre a humanidade paleolítica não pode ser disciplinarmente fechada. A biologia explica aspectos da anatomia e da evolução; a arqueologia descreve e interpreta vestígios; a antropologia oferece categorias para compreender cultura, economia e simbolismo; a História insere essas mudanças em uma reflexão sobre temporalidade, processo e ruptura. O artigo se filia, portanto, a uma escrita histórico-interpretativa que não recusa a evidência material, mas também não reduz a experiência humana a ela.

Quanto ao uso das citações, optou-se por articular citações diretas curtas, quando passagens canônicas condensavam de modo exemplar o argumento de um autor, e citações indiretas nos momentos em que a análise exigia reconstruir o problema em

termos próprios. Essa combinação atende a dois objetivos: respeitar a densidade conceitual dos textos originais e, ao mesmo tempo, evitar que o artigo se transforme em mera colagem de autoridades. A prioridade foi sempre produzir argumento próprio, sustentado por diálogo criticamente controlado com a bibliografia.

4. TRANSFORMAÇÕES BIOLÓGICAS E A RECONFIGURAÇÃO DA CONDIÇÃO HUMANA

Nenhuma interpretação consistente do Paleolítico pode ignorar a profundidade das transformações biológicas que acompanham a história evolutiva dos *hominini*. Entretanto, a primeira cautela teórica consiste em não separar o biológico do técnico e do social. O bipedalismo, por exemplo, não é apenas dado anatômico; é condição de possibilidade para novas relações com o espaço, para outras formas de manipulação, para expansão do campo visual e para reorganização da locomoção. Ao liberar as mãos da função locomotora predominante, o bipedalismo criou uma configuração corporal na qual gesto e ferramenta puderam adquirir centralidade.

A paleoantropologia mostrou que a evolução humana não seguiu linha única e progressiva. Vários ramos coexistiram, desapareceram e deixaram rastros fragmentários. Ian Tattersall insiste na importância de se evitar narrativas lineares, observando que a história da linhagem humana é marcada por contingência, experimentação e descontinuidades. Isso tem implicações historiográficas: em vez de contar uma marcha inevitável rumo ao *Homo sapiens*, é preciso reconhecer que o humano emerge de uma constelação complexa de possibilidades evolutivas, algumas bem-sucedidas, outras abortadas.

No interior desse quadro, o aumento relativo do encéfalo, a reorganização da base do crânio, as transformações na dentição e a progressiva sofisticação das mãos assumem papel decisivo. A questão, porém, não é apenas a ampliação quantitativa da massa encefálica. O essencial é a correlação entre plasticidade neural, memória operacional, comunicação e capacidade de coordenar tarefas. A inteligência humana não pode ser dissociada da cooperação e da tecnicidade. A mente humana é, desde cedo, mente social e mente instrumentada.

Yuval Noah Harari sintetizou um aspecto importante desse problema ao afirmar que o *Homo sapiens* se distingue por sua capacidade de produzir realidades compartilhadas e intersubjetivas (HARARI, 2015). A formulação é útil para o argumento deste artigo, desde que não seja tomada em sentido estritamente mentalista. As “realidades compartilhadas” não nascem em abstrato; elas dependem de linguagem, de sinais, de memória coletiva, de ritualização, de práticas repetidas e de objetos capazes de estabilizar sentidos. Em outras palavras, a simbolização é corporeamente situada.

O corpo paleolítico também se transformou em relação à dieta e ao gasto energético. Aqui, a tese de Richard Wrangham sobre o cozimento adquire peso. Ainda que a data precisa do domínio regular do fogo permaneça debatida, o argumento segundo o qual o alimento cozido altera digestibilidade, aproveitamento energético e distribuição do tempo social é fortemente sugestivo. Se o organismo humano passou a depender de alimentos mais macios e energeticamente vantajosos, então a evolução biológica não pode ser compreendida sem a técnica culinária. A espécie não apenas usou o fogo; foi parcialmente refeita por ele.

As transformações biológicas também devem ser relacionadas à infância prolongada e à dependência social ampliada dos filhotes humanos. O longo período de cuidado necessário ao desenvolvimento de crianças humanas intensificou a importância da cooperação e da transmissão cultural. Isso significa que a biologia da espécie favoreceu contextos em que aprendizagem, imitação, reciprocidade e divisão de tarefas ganharam centralidade. O Paleolítico, desse ponto de vista, foi um período em que a seleção natural e a seleção cultural se entrelaçaram de modo particularmente intenso.

A emergência da linguagem articulada insere-se nesse mesmo processo. Embora continue controversa a cronologia exata de sua forma moderna, é improvável que se possa pensar as cadeias cooperativas paleolíticas mais complexas sem algum grau elevado de comunicação simbólica. O desenvolvimento de vocalização, gesto, apontamento, imitação e rotinas compartilhadas permitiu coordenar caças, ensinar técnicas, distribuir tarefas e estabilizar narrativas. A linguagem, portanto, não é apêndice tardio; é um dos motores da reconfiguração do humano.

Sob esse ângulo, o mais importante é notar que as transformações biológicas do Paleolítico não produzem apenas um organismo mais adaptado. Elas produzem um ser cuja adaptação depende crescentemente de cultura, técnica e socialidade. O humano torna-se menos “especializado” em sentido estritamente zoológico e mais dependente de mediações externas. Sua força deixa de residir apenas em garras, dentes ou velocidade; desloca-se para a ferramenta, para o grupo, para o fogo, para a linguagem e para a previsão. A revolução biológica paleolítica, assim, não é a vitória da

natureza sobre a cultura nem da cultura sobre a natureza, mas o ponto em que ambas se tornam indissociáveis.

5. A REVOLUÇÃO LÍTICA E A EXTERIORIZAÇÃO TÉCNICA DA INTELIGÊNCIA

Entre as marcas mais eloquentes do Paleolítico está a longa história das indústrias líticas. De Olduvaiense a Acheulense, de Mousteriense a tradições do Paleolítico Superior, a pedra trabalhada registra não apenas mudanças de formas, mas transformações na organização da ação humana. A lasca, o núcleo, o biface, a ponta, o raspador e a lâmina são mais do que instrumentos: são provas materiais de sequências técnicas, de planejamento e de transmissão de conhecimento.

André Leroi-Gourhan percebeu com clareza que a ferramenta não deve ser lida apenas a partir de sua finalidade imediata. Ela é parte de um “encadeamento operatório” em que gesto, matéria-prima, técnica de percussão, previsão do resultado e uso final compõem uma totalidade. A diferença entre um seixo fortuitamente quebrado e um artefato intencional não está somente na forma obtida, mas na existência de uma representação antecipada da ação. É por isso que a revolução lítica pode ser tratada como revolução cognitiva. Cada ferramenta pressupõe memória de procedimentos, reconhecimento de padrões, escolhas de matéria-prima e, não raro, ensino.

Lewis R. Binford chamou a atenção para o fato de que a cultura material representa a estrutura do sistema cultural total (BINFORD, 1962, p. 217). Aplicada ao Paleolítico, essa observação tem grande alcance. A variação de instrumentos líticos não informa apenas “tecnologia”, mas também economia, mobilidade, territorialidade,

divisão de trabalho e organização de atividades. Um conjunto instrumental voltado para processamento de carcaças, outro para raspagem de peles, outro para manufatura de instrumentos, outro para caça à distância, outro para atividades domésticas: tudo isso desenha um universo social.

Ao mesmo tempo, a arqueologia interpretativa mostrou que a ferramenta pode carregar valores que ultrapassam a pura funcionalidade. Ian Hodder insistiu na necessidade de inserir artefatos em contextos de significado. Isso é especialmente importante quando se examinam matérias-primas selecionadas com aparente excesso de custo, formas altamente padronizadas sem ganho utilitário evidente ou objetos depositados em contextos rituais. Mesmo no Paleolítico, onde a urgência funcional é inegável, não há razão para supor que o simbólico estivesse ausente da técnica.

A chamada revolução lítica foi, ademais, uma revolução temporal. A ferramenta prolonga o corpo no espaço, mas também prolonga a experiência no tempo. Um instrumento pode ser guardado, transportado, reafiar-se, ser transmitido e reutilizado. Isso significa que a ação humana deixa marcas e acumula saber. A memória torna-se parcialmente exteriorizada na cultura material. Tal exteriorização é uma das condições mais profundas da humanidade, porque torna possível a sedimentação da aprendizagem para além da experiência individual imediata.

Do ponto de vista social, a revolução lítica favoreceu a diferenciação de tarefas e a sofisticação de rotinas. Certos indivíduos ou grupos podiam especializar-se mais na obtenção de matérias-primas, outros na manufatura, outros no uso em contextos específicos.

Ainda que se deva evitar anacronismos sobre “especialização profissional” em sentido estrito, a multiplicação de funções é inegável. A ferramenta reorganiza o grupo tanto quanto resolve problemas concretos.

A revolução lítica também alterou a relação com o ambiente. O mundo natural deixa de ser apenas cenário e converte-se em reserva de possibilidades materiais. Pedras, ossos, madeira, fibras e pigmentos passam a ser reconhecidos, coletados e transformados segundo propriedades específicas. A observação da natureza ganha espessura técnica. O ambiente, assim, torna-se paisagem operacional e cognitiva.

Se se leva essa análise a sério, torna-se impossível falar da “pedra lascada” apenas como traço arcaico. A pedra lascada é uma forma complexa de mediação entre inteligência e sobrevivência, entre previsão e improviso, entre indivíduo e coletividade. A revolução lítica foi uma revolução do pensamento prático, mas também da vida social. Nela se formam as condições de possibilidade de toda técnica posterior.

6. O FOGO, A COZINHA E A REORGANIZAÇÃO DO TEMPO SOCIAL

Entre todas as conquistas paleolíticas, poucas tiveram consequências tão amplas quanto o domínio do fogo. A questão não se limita a saber quando surgiram os primeiros usos esporádicos de focos naturais, mas quando o fogo se converteu em recurso controlado, repetível e integrado a rotinas humanas. A dificuldade cronológica do debate não reduz sua importância teórica. Seja qual for o marco exato, é inegável que o fogo transformou a história humana em escala profunda.

Richard Wrangham formulou essa intuição de modo particularmente forte ao afirmar: “We are tied to our adapted diet of cooked food, and the results pervade our lives, from our bodies to our minds. We humans are the cooking apes, the creatures of the flame” (WRANGHAM, 2009, p. 4). A citação, embora lapidar, deve ser expandida analiticamente. O fogo produz ganhos alimentares evidentes: amolece tecidos, aumenta a digestibilidade, diminui a carga bacteriana, diversifica o uso de vegetais, reduz o custo mastigatório e amplia o aproveitamento energético. Mas seus efeitos vão muito além da alimentação.

Em primeiro lugar, o fogo altera a economia do tempo. Se o dia biológico de muitos animais termina com o crepúsculo, o fogo abre para grupos humanos a possibilidade de prolongar a atividade coletiva. A noite deixa de ser apenas intervalo de vulnerabilidade e converte-se em tempo de reunião, de conversa, de manutenção de laços, de narração e, possivelmente, de ritual. Ao redor do fogo, o grupo se reconhece e se organiza. A fogueira é tecnologia de calor, de luz e de sociabilidade.

Em segundo lugar, o fogo introduz um novo regime espacial. Ele cria um centro. Em volta dele, corpos se dispõem, alimentos circulam, instrumentos são reparados, histórias são contadas. A espacialidade social sofre um adensamento particular. Muitos autores consideraram o *hearth* um foco gerador de domesticidade. Mesmo antes da casa em sentido neolítico, o fogo cria um polo de agregação que antecipa formas de centralidade simbólica e social.

Em terceiro lugar, o fogo intensifica a dependência da aprendizagem cultural. Fazer fogo, mantê-lo, transportar brasas, selecionar combustível, controlar riscos e usar a chama de modos

diferenciados são competências aprendidas. Isso reforça a tese de que o Paleolítico não pode ser explicado por adaptação biológica isolada. O fogo faz parte de um pacote técnico-cultural cuja reprodução exige ensino, repetição e disciplina coletiva.

Em quarto lugar, o fogo talvez tenha contribuído para redefinir a própria subjetividade humana. A relação com a chama é ambivalente: ela protege e ameaça; aquece e destrói; ilumina e assombra. Essa ambivalência ajuda a compreender por que, em tantas culturas, o fogo foi investido de valor simbólico e ritual. Se o Paleolítico já conheceu essa valoração de forma embrionária, então o fogo foi não apenas recurso, mas também objeto de fascinação e de experiência liminar.

Do ponto de vista biológico, a tese da culinária como força evolutiva continua controversa em detalhes, mas sua importância interpretativa é incontornável. Mesmo que se relativize o alcance total de Wrangham, permanece plausível a ideia de que alimento cozido, digestão mais eficiente, reorganização do aparelho mastigatório, redistribuição de tempo e energia e vida social mais intensa estejam conectados. A cozinha, nesse quadro, não é invenção tardia de civilizações complexas, mas uma das matrizes remotas da humanidade.

Assim, o fogo deve ser entendido como ponto de convergência entre natureza, técnica, corpo, economia e simbolismo. Sua descoberta e seu controle não significaram apenas mais um recurso; implicaram uma metamorfose da forma de habitar o mundo. O fogo foi, em sentido rigoroso, uma revolução paleolítica.

7. DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES, ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA E COMPLEXIDADE SOCIAL

Um dos equívocos mais persistentes sobre o Paleolítico consiste em representar seus grupos humanos como coletividades uniformes, inteiramente absorvidas pela busca desesperada de alimentos, sem especialização relativa, sem tempo social e sem formas complexas de cooperação. A antropologia econômica e a arqueologia do cotidiano vêm desmontando esse estereótipo há décadas. O Paleolítico conheceu, ao contrário, ampla diversificação de estratégias de subsistência, incluindo caça de diferentes escalas, coleta sistemática, pesca, aproveitamento de moluscos, processamento de vegetais, uso de resíduos animais, fabricação de vestimentas, manutenção de abrigos e circulação territorial planejada.

Marshall Sahlins formulou uma das críticas mais marcantes à visão miserabilista do caçador-coletor. Em passagem célebre, escreve que “by the common understanding, an affluent society is one in which all the people's material wants are easily satisfied” (SAHLINS, 1972, p. 3–4), para em seguida sustentar que existiam “two possible courses to affluence” (SAHLINS, 1972, p. 4). A relevância dessa formulação, para além da polêmica, está em deslocar o critério de avaliação econômica. Em vez de medir o Paleolítico pelo acúmulo, Sahlins sugere medir a relação entre necessidades culturalmente definidas, tempo de trabalho e acesso aos recursos.

Isso não significa idealizar a vida paleolítica ou negar durezas, riscos, acidentes e períodos de escassez. Significa, porém, rejeitar a projeção acrítica de categorias modernas sobre formas sociais remotas. A economia paleolítica pode ter sido, em muitos contextos,

mais flexível, mais móvel e menos orientada pela acumulação permanente do que economias agrícolas e estatais posteriores. A mobilidade, longe de ser prova de atraso, era frequentemente uma estratégia racional de adaptação a ambientes variáveis.

A diversificação das atividades tem implicações sociais profundas. Caçar um grande animal requer coordenação, leitura do terreno, definição de papéis, compartilhamento de risco e redistribuição de carne. Coletar vegetais exige conhecimento ecológico refinado, sazonalidade, memorização de locais e domínio de técnicas de processamento. Pescar pode demandar observação minuciosa de ciclos hídricos e equipamentos específicos. Vestir-se implica curtimento, raspagem, costura ou amarração. Cada uma dessas atividades supõe saberes e temporalidades próprios.

Essa complexidade desfaz a ideia de que o Paleolítico seria economicamente indiferenciado. Ao contrário, nele se consolidam formas de divisão relativa do trabalho, variações etárias e sexuais de tarefas, mecanismos de reciprocidade e regras de partilha. A partilha, aliás, é uma instituição decisiva. Distribuir alimento, sobretudo proteína animal, ajuda a reduzir risco, fortalecer alianças, produzir prestígio e reproduzir o grupo. Economia, aqui, não é apenas sobrevivência; é também moralidade social.

A cultura material confirma essa densidade. Ferramentas distintas correspondem a atividades distintas. Abrigos, fogueiras, áreas de descarte e espaços de trabalho sugerem organização do espaço. A seleção de certos locais, repetidamente ocupados, indica conhecimento territorial e memória coletiva. Tudo isso distancia o Paleolítico de qualquer imagem de improvisação permanente. A

vida paleolítica conheceu rotinas, itinerários e formas de previsibilidade.

Chris Gamble chamou atenção para a importância das redes sociais e da expansão espacial da espécie. A ocupação de ambientes diversos não foi apenas resultado de capacidade biológica genérica, mas de cooperação, comunicação e transmissão de conhecimento entre grupos. Quanto mais os humanos se espalhavam, mais dependiam de redes de contato, troca de informações e estratégias compartilhadas. A economia, nesse sentido, já era geografia social.

Além disso, a diversificação econômica contribuiu para a ampliação do universo simbólico. Atividades reiteradas geram narrativas, tabus, conhecimentos corporificados, gestos codificados, marcas de pertencimento e, possivelmente, distinções de status. O mundo do trabalho paleolítico, mesmo sem escrita e sem mercado, não era um mundo sem cultura. Ao contrário, a própria prática material era lugar de produção de sentido.

Portanto, quando se fala em caça, pesca, coleta e produção de materiais para necessidades humanas, deve-se evitar qualquer tom redutor. O que está em jogo é a formação de sistemas de subsistência que articulam inteligência ecológica, cooperação social, tecnologia, memória e simbolização. A economia paleolítica foi um campo decisivo de humanização.

8. ORIGEM DO SENTIMENTO RELIGIOSO, ARTE RUPESTRE E IMPACTOS SOCIAIS DO SIMBOLISMO

Talvez nenhum aspecto do Paleolítico tenha sido tão mal compreendido por leituras simplificadoras quanto a emergência do simbolismo e do sentimento religioso. Durante muito tempo,

práticas funerárias, marcas ornamentais, deposições seletivas e pinturas rupestres foram ora desconsideradas como acidentais, ora romantizadas sem critério. Entre ceticismo excessivo e imaginação descontrolada, perdeu-se frequentemente a capacidade de formular o problema de modo rigoroso. O ponto de partida mais consistente consiste em reconhecer que o conjunto dessas evidências sugere uma mudança qualitativa na forma humana de se relacionar com o invisível, a memória, a morte e a alteridade.

Mircea Eliade, apesar das revisões críticas de sua obra, continua oferecendo categorias úteis para pensar o assunto. Sua tese de que o homem arcaico habita um mundo carregado de sentido sagrado permite tratar os vestígios paleolíticos não como anexos marginais da vida material, mas como dimensão constitutiva da experiência. Isso não implica pressupor sistemas religiosos plenamente desenvolvidos como os das sociedades históricas posteriores. Implica, sim, admitir que o Paleolítico Superior, e talvez momentos anteriores em alguns contextos, conheceram práticas nas quais o mundo natural já não aparecia apenas como reserva de recursos, mas como espaço de presença, força, perigo, memória e reverência.

Os enterramentos são um indício fundamental. O ato de enterrar não se reduz mecanicamente à religiosidade, mas também não pode ser dissolvido em mera utilidade higiênica. Em diversos contextos paleolíticos, a deposição do corpo veio acompanhada de ocre, objetos, posicionamentos específicos e preparação do espaço. Tais elementos sugerem uma relação diferenciada com a morte. O morto não é simplesmente descartado; ele é tratado. Esse tratamento revela que o corpo morto continua inserido em uma economia de sentido.

A arte rupestre leva o problema ainda mais longe. As cavernas de Chauvet, Lascaux, Altamira e tantas outras colocaram a pesquisa diante de um universo figurativo extraordinário. Jean Clottes, um dos principais especialistas do tema, destacou a profundidade espiritual e experiencial dessas imagens, insistindo que não se tratam de “arte” apenas em sentido estetizante moderno. Elas articulam animalidade, espacialidade subterrânea, repetição de signos, movimento sugerido e uso ritualizado do ambiente. A caverna não é apenas suporte; é cenário ativo de experiência.

Steven Mithen e Colin Renfrew, por caminhos distintos, contribuíram para pensar o simbolismo paleolítico em chave cognitiva. Mithen explorou a ideia de uma mente progressivamente capaz de integrar domínios antes relativamente separados, o que favoreceria linguagem metafórica, imaginação ritual e produção iconográfica. Renfrew, por sua vez, ajudou a consolidar a arqueologia cognitiva como campo legítimo, abrindo espaço para questões sobre intencionalidade, representação e mente materializada.

Do ponto de vista social, o simbolismo paleolítico tem efeitos importantes. Em primeiro lugar, ele fortalece a coesão coletiva. Rituais, narrativas, marcas corporais e imagens compartilhadas criam pertencimento. Em segundo lugar, ele ordena o espaço. Determinados lugares tornam-se especiais, seja pela presença de enterramentos, seja pela concentração de marcas, seja por práticas repetidas. Em terceiro lugar, ele organiza o tempo. Ciclos de caça, morte, iniciação, deslocamento e memória podem ser narrados e ritualizados. Em quarto lugar, ele amplia o horizonte da experiência humana para além do imediatamente palpável.

Nessa perspectiva, o “sentimento religioso” não deve ser entendido como etapa linear rumo a religiões históricas instituídas, mas como emergência de uma relação simbólica complexa com o mundo. A religiosidade paleolítica é inseparável de corporeidade, animalidade, paisagem, morte e coletividade. Ela não paira sobre a vida material; nasce no interior dela.

O debate entre perspectivas mais materialistas e mais simbólicas reaparece aqui com força. Uma leitura puramente funcionalista pode tentar explicar a arte rupestre como pedagogia da caça ou marcação territorial. Tais fatores podem ter peso parcial, mas não esgotam o fenômeno. De modo inverso, uma leitura exclusivamente espiritualista corre o risco de ignorar contextos ecológicos e sociais concretos. A melhor solução continua sendo a integração: o simbolismo paleolítico possui materialidade, espacialidade e função social, mas não se reduz a elas. Ele inaugura uma dimensão de excedente de sentido sem a qual a humanidade não se compreende.

9. DISCUSSÃO: DO "FIM" DO PALEOLÍTICO A IDEA DE REVOLUÇÃO ANTROPOLÓGICA

Se as análises anteriores estiverem corretas, torna-se inadequado falar do Paleolítico apenas em termos de superação por um período “superior”. A linguagem do “fim” é enganosa quando sugere o simples encerramento de uma etapa obsoleta. O que ocorreu foi, antes, a sedimentação de conquistas que permitiram mudanças posteriores, inclusive a agricultura, a sedentarização ampliada e novas formas de complexidade política. O Paleolítico não desapareceu sem deixar vestígios; ele legou as bases da humanidade histórica.

Nesse ponto, o conceito de revolução precisa ser cuidadosamente qualificado. Não se trata de uma revolução instantânea, localizada em um evento único, mas de uma revolução de longa duração. O Paleolítico concentrou mudanças que, embora distribuídas ao longo de milênios, produziram uma reconfiguração estrutural. Revolução, aqui, designa uma mudança qualitativa na relação entre corpo e técnica, entre energia e sociabilidade, entre economia e cooperação, entre vida e simbolismo.

Esse modo de argumentar permite também superar uma velha oposição entre continuidade e ruptura. Houve continuidade, evidentemente, pois nenhuma mutação ocorreu *ex nihilo*. Mas houve também ruptura, porque os efeitos acumulados das mudanças produziram outra forma de estar no mundo. O humano paleolítico tardio já não era apenas um primata mais adaptado; era um ser cuja adaptação dependia estruturalmente de ferramentas, fogo, linguagem, cooperação e imaginação simbólica.

A tese da revolução antropológica evita, ainda, dois extremos. Evita o evolucionismo ingênuo, que transforma o Paleolítico em mera escada para o Neolítico, e evita o presentismo, que projeta no Paleolítico categorias modernas sem mediação. Em vez disso, propõe compreender o período em sua densidade própria, reconhecendo nele o momento em que a humanidade se produziu como espécie histórica.

10. DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA AMPLIADA

A leitura do Paleolítico como revolução antropológica exige, além da descrição de transformações materiais, um acerto de contas com modelos historiográficos que, por muito tempo, reduziram a pré-

história a uma antessala da civilização. Em boa parte da tradição oitocentista, o “primitivo” aparecia como figura negativa: homem da falta, da escassez técnica, da carência moral, da ausência de religiosidade elaborada, da pobreza de linguagem e da dependência quase absoluta do meio natural. Esse enquadramento, alimentado por evolucionismos unilineares e por uma filosofia da história excessivamente centrada no Estado, na escrita e na cidade, produziu um efeito duplo. De um lado, empobreceu a inteligibilidade do Paleolítico; de outro, converteu as sociedades sem escrita em etapas inferiores de uma narrativa cujo ponto de chegada seria a modernidade ocidental. O desenvolvimento da arqueologia e da antropologia dissolveu progressivamente essa imagem.

O primeiro deslocamento relevante consistiu em reconhecer que o passado profundo da humanidade não pode ser lido com categorias teleológicas simples. A escrita é uma tecnologia tardia, não o critério absoluto de humanidade. A urbanização é uma forma histórica poderosa, mas não o único índice de complexidade. A ausência de agricultura não implica ausência de inteligência econômica; a ausência de monumentos de pedra não significa ausência de memória; a ausência de Estado não equivale à ausência de ordem social. Essa reavaliação é metodologicamente decisiva, pois obriga o historiador a deslocar o olhar daquilo que o mundo moderno consagrou como “centro” da história para as formas remotas de produção do humano.

Em segundo lugar, a historiografia do Paleolítico precisou rever o próprio conceito de progresso. O que significa progredir quando se trata de grupos cuja reprodução material e social não dependia de acumulação permanente? O que significa superioridade técnica quando uma ferramenta simples, em determinado ambiente, é mais

eficiente do que artefatos mais complexos? O que significa riqueza quando a mobilidade é uma vantagem adaptativa e a partilha funciona como segurança coletiva? Aqui, a crítica antropológica — especialmente a de Marshall Sahlins — foi fundamental para desmontar o preconceito de que apenas a intensificação produtiva moderna pode servir de medida de abundância. A economia paleolítica talvez não produza excedentes no sentido estatal, mas pode produzir equilíbrio entre necessidades, trabalho e reprodução social.

Em terceiro lugar, a revisão historiográfica tornou evidente que o simbolismo não é privilégio de sociedades letradas. Durante muito tempo, quis-se fazer da escrita o marco inaugural da abstração complexa. Entretanto, a arte rupestre, os enterramentos, os pigmentos, os ornamentos e a seleção ritualizada de objetos forçaram uma mudança de paradigma. O simbólico não irrompe subitamente com a civilização urbana; ele possui uma pré-história longa e profunda. Essa conclusão modifica radicalmente a história das mentalidades e a história das religiões, pois torna necessário pensar os fundamentos remotos da imagem, da memória, do mito e do sagrado.

Também a relação entre ambiente e sociedade foi reinterpretada. Leituras antigas tendiam a naturalizar excessivamente a vida paleolítica, como se os grupos humanos fossem quase inteiramente determinados pelo clima, pela fauna e pela disponibilidade imediata de recursos. Embora os condicionantes ecológicos sejam incontornáveis, a pesquisa demonstrou que os grupos paleolíticos não apenas respondiam ao ambiente: eles o conheciam, cartografavam mentalmente, exploravam de modo diferenciado e o investiam de sentido. A paisagem paleolítica não era mero palco

natural, mas espaço socialmente vivido. As rotas de deslocamento, os locais de abrigo, os focos de extração de matérias-primas e as cavernas pintadas compunham uma geografia cultural.

Uma historiografia de alto nível sobre o Paleolítico precisa, portanto, trabalhar simultaneamente com quatro recusas: a recusa do evolucionismo simplificador, a recusa do miserabilismo econômico, a recusa do biologismo isolado e a recusa do simbolismo desmaterializado. O ganho interpretativo aparece precisamente quando se articulam as diferentes dimensões do problema. O corpo humano foi transformado, mas em relação às técnicas. As técnicas se sofisticaram, mas no interior de grupos sociais. Os grupos cooperaram economicamente, mas o fizeram em universos de sentido, ritualidade e memória. O Paleolítico, assim, não é um “antes” vazio, mas um período de composição complexa.

11. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO ESTUDO

A principal contribuição teórica deste artigo consiste em defender que o Paleolítico deve ser lido como formação histórica dotada de coerência própria, e não apenas como repositório de origens dispersas. Essa mudança de perspectiva permite retirar o período da posição subordinada que frequentemente lhe é atribuída em narrativas lineares. Em vez de perguntar apenas “o que veio antes do Neolítico?”, torna-se mais fecundo perguntar “que tipo de humanidade se formou no Paleolítico?” e “quais dimensões do humano se tornaram historicamente possíveis nesse período?”.

Outra contribuição importante está na integração entre materialidade e simbolismo. A literatura especializada, por vezes, oscilou entre um polo que tudo explicava por ecologia e adaptação e

outro que privilegiava quase exclusivamente a interpretação de significados. Este estudo argumentou que ambos os polos se tornam limitadores quando isolados. A ferramenta lítica é, ao mesmo tempo, funcional e cultural. O fogo é simultaneamente energia e foco de sociabilidade. A caça é estratégia de subsistência, mas também ritual, narração e prestígio. O enterramento é manejo do corpo, mas igualmente tratamento do morto em um universo de significados. A proposta integradora aqui defendida permite escapar dessa falsa dicotomia.

Finalmente, o artigo oferece contribuição ao debate historiográfico brasileiro ao insistir que o ensino e a escrita sobre pré-história precisam abandonar modelos excessivamente simplificados. A demanda do leitor contemporâneo — e, em especial, do leitor universitário — já não se satisfaz com a oposição superficial entre “pedra lascada” e “pedra polida”. É preciso apresentar o Paleolítico como laboratório de humanização, no qual corpo, técnica, economia, socialidade e religiosidade entram em relação. Essa é, em última instância, a razão de insistir na expressão “revoluções no Paleolítico”: ela obriga a reconhecer profundidade histórica onde antes se via apenas uma origem indistinta.

12. CONCLUSÃO

A investigação desenvolvida ao longo deste artigo permite sustentar que o Paleolítico deve ser interpretado como um dos períodos mais decisivos da história humana, não apenas por ser o mais longo, mas por ter concentrado um conjunto de transformações estruturais que redefiniram a própria condição da humanidade. As mudanças biológicas, longe de se limitarem a ajustes adaptativos, criaram um corpo capaz de operar por mediações culturais complexas. A

revolução lítica exteriorizou a inteligência, transformando gesto e matéria em memória técnica. O fogo reorganizou dieta, energia, temporalidade e sociabilidade. A diversificação das atividades de subsistência produziu sistemas econômicos e morais mais sofisticados do que os modelos evolucionistas clássicos admitiam. A emergência do simbolismo, da ritualidade e das práticas funerárias revelou que o humano já se movia em um universo de sentidos compartilhados, no qual a realidade não era apenas vivida, mas interpretada.

Dessa forma, as várias dimensões aqui discutidas não devem ser pensadas de maneira isolada. O grande erro de parte da historiografia e da literatura didática foi precisamente compartimentalizar o Paleolítico em tópicos desconectados: biologia de um lado, técnica de outro, religião em um bloco separado, economia em outro. O argumento central deste artigo foi o oposto: o Paleolítico foi um processo articulado de transformação em que cada mudança realimentou as demais. Não há revolução lítica sem transformação cognitiva; não há fogo sem reorganização social; não há economia de caça e coleta sem complexidade simbólica; não há sentimento religioso sem corpo, paisagem, morte e coletividade.

Ao final, a formulação segundo a qual “não podemos falar em fim do Paleolítico, mas em verdadeira revolução e transformação” revela-se teoricamente fecunda. O Paleolítico não foi mero estágio superado, mas o tempo em que a humanidade se inventou como técnica, linguagem, cooperação e símbolo. Pensá-lo assim não é apenas fazer justiça a um período remoto; é compreender que a história humana começa antes da escrita, porque começa quando o

humano passa a produzir a si mesmo por mediações técnicas e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962.

CHILDE, V. Gordon. **O que aconteceu na história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1951.

CLOTTE, Jean. **Cave art**. London: Phaidon, 2008.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GAMBLE, Clive. **Timewalkers: the prehistory of global colonization**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HODDER, Ian. **Theory and practice in archaeology**. London: Routledge, 1992.

LEROI-GOURHAN, Andre. **Gesture and speech**. Cambridge: MIT Press, 1993.

LEAKEY, Mary. **Olduvai Gorge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

MITHEN, Steven. **The prehistory of the mind.** London: Thames and Hudson, 1996.

RENFREW, Colin. **Towards an archaeology of mind.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SAHLINS, Marshall. **Stone Age Economics.** Chicago: Aldine Atherton, 1972.

TATTERSALL, Ian. **Masters of the planet.** New York: Palgrave Macmillan, 2012.

WRANGHAM, Richard. **Catching fire: how cooking made us human.** New York: Basic Books, 2009.

¹ Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), atuando no Departamento de História, onde leciona Pré-História e História Antiga Ocidental. Doutor em Ciências da Educação (FICS/UNAMA) e Doutor em Psicanálise (UNIDERC), mestre em Teologia Histórica. Possui graduação em História e Arqueologia Bíblica, com especializações em Educação, Psicanálise na Educação e Saúde, Arqueologia e Antropologia. Atualmente é coordenador do curso de Licenciatura em História da UEPB e desenvolve projetos de extensão nas áreas de patrimônio, arqueologia e educação.